

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL
ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis, às nove horas, no SEP/Quadra 511, bloco C, Ed. Bittar – 4ª andar – Sede SEMA, Brasília, DF, Brasil ocorreu a 21ª reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF, sob a seguinte pauta: **1.** Ordem do dia: **a)** Aprovação e assinatura da Ata da 21ª e 22ª Reunião Extraordinária do CRH/DF; **b)** Apreciação da proposta de Implementação do Sistema de Monitoramento das Chuvas, da Qualidade e da Quantidade das Águas do Distrito Federal; **c)** Formação do GT de Acompanhamento da Crise Hídrica do DF do CRH. **2.** Apresentações: **a)** Relato da ADASA e da CAESB sobre a situação dos Reservatórios e medidas adotadas e **3.** Informes. Fizeram-se presentes o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal, presidente do Conselho, senhor ANDRÉ RODOLFO DE LIMA, que presidiu a reunião, e os seguintes Conselheiros (as): DIEGO BERGAMASCHI (SINESP), LUIZ ARISTIDES LARGURIOS (1º Suplente/IBRAM); VANDETE INÊS MALDANER (2º Suplente/IBRAM); RAFAEL MACHADO MELLO (ADASA); RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL (CAESB/Titular), MARIA DO CARMO MAGALHÃESE CÉZAR (CAESB/Suplente), ALINE REZENDE PEIXOTO (Titular IBAMA), JORGE ENOCH FURQUIM VERNECK LIMA (EMBRAPA); ANA PAULA DIAS MACHADO DE C. PESSOA (FIBRA), TEREZINHA LIMA (ÚNICA), MARCOS HELANO FERNANDES MONTENEGRO (ABES) e REGINA STELLA QUINTAS FITTIPALDI (Fórum de ONGs). Justificaram ausência as instituições UCB e SEAGRI. Participaram como convidados: Sérgio Augusto de Mendonça Ribeiro (SEMA), Camila Aida Campos (ADASA), Dálio R. M. Filho (SEMA), Vera Regina Estuquei e Carlos Renan C. de Brites (CAESB). O presidente ANDRÉ deu por aberta a 21ª Reunião Ordinária do CRH-DF, procedendo com o **item 1a da pauta**. Não houve nenhuma consideração ou ajuste nas Atas, ambas foram aprovadas por unanimidade e assinadas nesta reunião. Prosseguiu com o **item 1b da pauta**. O Conselheiro MONTENEGRO (ABES) esclareceu que a proposta de Implementação do Sistema de Monitoramento das Chuvas, da Qualidade e da Quantidade das Águas do Distrito Federal não foi rediscutida na Câmara Técnica Permanente de Assessoramento – CTPA. Salientou as dificuldades que estão enfrentando para elaboração da proposta e os esforços que vem sendo feitos para superação dessas dificuldades. A seguir solicitou a senhora Camila (ADASA) que apresentasse a proposta em comento. A senhora Camila expôs que, inicialmente, havia sido feito um plano, mas a CTPA entendeu que ele estava muito superficial. Salientou que o Grupo encontrou muitas dificuldades para elaborar um plano que atendesse as expectativas. Na ocasião, foi sugerido que começasse a se utilizar o HIDROWEB, que é o sistema da Agência Nacional de Água – ANA, também utilizado pela CAESB e ADASA e outras, enquanto se busca um aprofundamento de um sistema mais adequado para o Distrito Federal. A seguir ela relatou que “em agosto deste ano foi enviada à França uma comitiva e lá tiveram a oportunidade de conhecer o OFFICE DE L’EAU (Escritório das Águas) e puderam ver como eles trabalham esse Sistema Integrado na França e foram surpreendidos”. Ela informou que já existe um acordo da ADASA e o OFFICE DE L’EAU, e na ocasião foi proposta uma ramificação desse acordo para a elaboração de um Plano de Sistema Integrado para o Distrito Federal, levando em consideração todo o conhecimento deles no assunto. A seguir apresentou algumas considerações e recomendações relacionadas ao sistema. Esclareceu que o diagnóstico mostrou que a rede, hoje operada pela ADASA, CAESB e IBRAM é bem densa e bem distribuída no território. Restaram poucas lacunas em relação à Resolução 02/2014. Além desses órgãos que participaram do diagnóstico, outros órgãos no DF produzem dados referentes a recursos hídricos, a exemplo da UnB, UCB, EMBRAPA, INMET e CEB. Hoje, cada instituição obtém, armazena e utiliza seus dados da maneira que lhes é conveniente. Cada uma tem o seu formato e o seu procedimento e para utilizar o dado de um determinado

órgão é preciso requerer. Essas informações são pouco disponibilizadas ao público e não existem critérios estabelecidos para publicação dessas informações. Neste sentido, o objetivo do desenvolvimento de um Sistema de Monitoramento das Chuvas, da Qualidade e da Quantidade das Águas do Distrito Federal – SISAGUAS/DF é reunir dados de monitoramento de diferentes órgãos do Distrito Federal e apresentar, em uma *homepage*, em forma de mapas temáticos, gráficos, planilhas, entre outros, e permitir o acompanhamento e o consumo das informações por qualquer cidadão ou entidade que neles possuam interesse. A seguir expôs as seguintes considerações: **a)** A importância de um sistema integrado de informações sobre recursos hídricos para o Distrito Federal. **b)** O relevante número de estações e dados de monitoramento, produzidos nas diversas instituições. **c)** Cada instituição produz dados segundo seus interesses e nos formatos adequados aos trabalhos desenvolvidos internamente, não havendo padronização em nível distrital. **d)** As ferramentas e sistemas hoje disponíveis tanto no GDF e na ANA (HIDRO, SNIRH, TERRAGEO e SISTURB). **e)** A equipe do “Subgrupo do Sistema de Monitoramento das Chuvas, da Qualidade e da Quantidade das Águas do Distrito Federal” não possui conhecimento na área de Tecnologia da Informação. **f)** A necessidade de um planejamento detalhado, feito por técnicos capacitados, do plano de implementação do sistema de monitoramento dos recursos hídricos do DF. A apresentadora fez as seguintes recomendações: **a)** Ampliação do subgrupo de trabalho, com inclusão de membros técnicos em tecnologia da informação e delegação a estes a coordenação do grupo. **b)** O estabelecimento de um convênio com instituição experiente e apta para realizar o planejamento do sistema (OFFICE DE L’EAU). **c)** O imediato início da utilização da plataforma Hidro por todas as instituições produtoras de dados de monitoramento de recursos hídricos. **d)** Que seja solicitado à ANA a capacitação na plataforma Hidro e no Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos (SNIRH). **e)** A utilização/alimentação do portal TERRAGEO e do Sistema de Informações Territoriais e Urbanas do DF (SITURB). A seguir, apresentou o conteúdo da apresentação do OFFICE DE L’EAU com os seguintes tópicos: 1 – A importância dos dados e informações dos recursos hídricos para a gestão da água. 2 - A problemática geral da gestão da água. 3 – O contexto geral da gestão dos dados. 4 - Multiplicidade dos temas e dos produtores. 5 - Metodologia global para desenvolver o intercâmbio de dados. 6 - Ferramentas a serviço da política nacional da água. Concluiu a apresentação ressaltando que o Office de L’Eau tem vasta experiência com o desenvolvimento de sistemas. Ressaltou que a diretoria da ADASA é favorável a ampliação desse acordo. Enquanto esse acordo não se consolida formalmente a apresentadora recomenda a utilização do HIDRO. A seguir o presidente ANDRÉ disponibilizou para as considerações dos conselheiros acerca das recomendações apresentadas pela CTPA. O Conselheiro JORGE ENOCH (EMBRAPA) salientou que a área de recursos hídricos se desenvolveu muito depois da disponibilização das informações do Hidro e que a proposta de uso do Hidro é válida, pois ele vai atender a rede básica e é o protocolo mínimo para ter certa uniformidade nas informações. O Conselheiro MONTENEGRO (ABES) informou que foi realizada uma reunião da CTPA com a presença de dois representantes da ANA que se colocaram à disposição para, na medida do possível, desenvolver interface que facilitasse a migração e a troca de dados. Registrou ainda que o SITURB é uma iniciativa importante e em fase operacional, coordenada pela SEGETH, e está recebendo informações dos mais diversos órgãos do DF. A coordenadora do SITURB fará uma apresentação na ADASA no dia 17 próximo, às 09h00, e em seguida uma apresentação à equipe da CAESB que trabalha com informação geográfica. Ressaltou que o projeto da CAESB recebeu um prêmio de melhor sistema desse tipo de prestador de serviço público no Brasil. Na ocasião a Superintendência de Recursos Hídricos da ADASA apresentou como estão trabalhando com o sistema de informação na ADASA. Após discussão e sugestões dos conselheiros acerca das recomendações apresentadas foi sugerida a retirada do “subgrupo” (alínea “a” das recomendações da CTPA) da câmara técnica e a criação de uma Câmara Técnica do Sistema

de Informações e Recursos Hídricos. O Conselho aprovou a sugestão de criação da CT, sob a coordenação da ADASA e incumbiu a senhora Camila a apresentar na próxima reunião os seguintes elementos: composição da CT, os objetivos da CT (na ocasião foram citados dois objetivos: promover a capacitação e qualificação para disponibilização de dados para a sociedade; utilização/alimentação do portal TERRAGEO e do Sistema de Informações Territoriais e Urbanas do DF-SITUR), tecnologia de informação, representante gestor de TI, etc.). O Conselho solicitará da ANA apoio de capacitação para utilização da plataforma HIDRO. O presidente ANDRÉ sugeriu uma inversão de pauta, o que foi aprovado pelo plenário. Prosseguiu com o item **2a)** Relato da ADASA e da CAESB sobre a situação dos reservatórios e medidas adotadas. O Conselheiro RAFAEL (ADASA) apresentou informações das atividades do grupo de acompanhamento e enfrentamento da escassez hídrica, destacando os seguintes pontos: **1 - Intensificação das ações na bacia do Descoberto:** **a)** A fiscalização está focada nessa bacia, na tentativa de fazer com que o volume do reservatório não continue caindo nas proporções que vem ocorrendo. **b)** Várias restrições foram estabelecidas nos principais tributários a montante do barramento, com restrição no percentual de cinquenta por cento. **c)** Foi feita uma articulação de fiscalização conjunta com a ANA em uma bacia do rio federal e dessa fiscalização gerou uma determinação a qual foi entregue para alguns usuários. **d)** Além dessa intensificação na fiscalização, algumas resoluções estão sendo criadas, todas elas discutidas nesse grupo de acompanhamento, a exemplo da Resolução nº 18, que proíbe novas outorgas no DF; a Resolução nº 19 que restringiu o uso de água para o caminhão pipa e para lavagem de veículos e a Resolução nº 20 que autorizou a CAESB, caso necessário, a realizar o racionamento. Salientou que todas as modelagens, simulações e estudos estão caminhando no sentido de se fazer uma regra cooperativa para o reservatório do Descoberto como a do Lago Paranoá. Quanto ao reservatório de Santa Maria tem que se pensar também em ajudar o sistema reativando as conexões que estão desativadas. A seguir a conselheira RAQUEL BROSTEL (CAESB) lembrou que do ponto de vista de saneamento, todos já têm ciência do que está acontecendo: em agosto o DF enfrentou uma situação de atenção, em meados de setembro entrou em 40% (uma situação de alerta). Iniciaram-se a redução das outorgas da área rural. Foi observado nos pequenos mananciais que, em setembro, a demanda por irrigação aumentou rapidamente e a vazão ficou abaixo do normal no período seco. A questão do desabastecimento de água nas áreas urbanas foi agravada porque a captação não tinha água suficiente, situação que se repetiu no Pípiripau. Depois de muitas ações da CAESB e da ADASA, em visitas e conversas com os usuários, conseguiu-se reverter o uso na bacia. Nas pequenas captações, nesse período de escassez, é muito importante essa conversa e o uso rigoroso do volume outorgado aos usuários agrícolas. Temos outros usuários à montante e isso impede que chegue água suficiente para o abastecimento. Conseguiu-se estabilizar a situação, mas é preciso trabalhar nessas duas áreas de pequenos mananciais e de conflitos, como o Pípiripau e Barrocão. A seguir citou as medidas a serem implantadas em curto prazo e apresentou o cenário das pequenas captações: **1 – Descoberto:** **a) –** Começou a reduzir as pressões na rede (noturno). O resultado foi um reflexo muito pequeno em termo de redução de consumo e não teve relevante impacto. **b)** Foi intensificada a ação de caça aos vazamentos e retiradas clandestinas. **c)** Mais recente estamos trabalhando na implementação do racionamento, mas na expectativa da ocorrência das chuvas, para aumentar as vazões dos tributários. Lembrou que na Resolução da ADASA o grupo de trabalho já está nominado com esse objetivo, mas precisa ser fortalecido, ser mais presente e atuante e que compreenda o problema para discutir a situação de uma forma mais produtiva. Ressaltou que a Bacia é muito grande e ramificada e uma ação muito importante no âmbito do projeto Descoberto Coberto, além do replantio é otimizar o uso de água na bacia. A Conselheira MARIA DO CARMO (CAESB) expôs que a CAESB está fazendo o acompanhamento de água, com simulações semanais, verificando sempre as previsões de chuvas. As expectativas para agosto e setembro eram de chuvas médias. A CAESB trabalhou com os cenários de chuvas mínimas

e chuvas médias. Foi feita uma avaliação do que isso representa em termos de vazão. O conselheiro MONTENEGRO (ABES) lembrou que podemos enfrentar um período de escassez hídrica sem precedentes no DF. Lembrou que a CAESB, excluídas situações localizadas, como a implantação de sistemas que se encontram na fase inicial, em geral, tem se comportado com tranquilidade no abastecimento e vai passar provavelmente uma situação onde vai ter que fazer rodízio e isto não é tarefa simples. Fechar setores de abastecimento, deixar de abastecer 24 horas, etc. Lembrou que este conselho tem que assumir a responsabilidade de fazer um acompanhamento dessa situação. O conselheiro citou o trabalho sistemático que foi feito em Santa Catarina envolvendo a gestão de riscos considerando cidade por cidade, departamento por departamento. Lembrou que é preciso dar prioridade para o Sistema Corumbá IV em vez de priorizar o sistema Paranoá. É preciso priorizar a gestão emergencial da crise, olhando a configuração atual do sistema de abastecimento de água, suas fontes e possibilidades. O presidente ANDRÉ lembrou que a Câmara Técnica de Saneamento Básico foi criada, teve algumas reuniões, mas não teve uma reunião conclusiva. Solicitou que a SINESP apresente o resultado dos trabalhos dessa CT na próxima reunião do Conselho, o que foi aprovado pelo plenário. A conselheira REGINA FITTIPALDI (FÓRUM de ONGs) ressaltou que em reunião passada a conselheira MARIA DO CARMO (CAESB), esclareceu que as perdas totais contabilizadas no faturamento são altas, da ordem de 30%. As perdas físicas são de aproximadamente 15% e pediu para conselheira esclarecer o que significa o reconhecimento de 30 % de perda, num período de escassez e qual a gestão da CAESB em relação à essa perda. Perguntou aos representantes da ADASA: “quando se fala na diminuição do uso pelos produtores em função da vazão do rio que baixou, entendo que há diminuição do volume de água e, conseqüentemente, aumenta a concentração tóxica, bacteriológica e de coliformes. Na gestão da redução do uso da água para Região Administrativa há uma contrapartida igual de esclarecimento da população em relação aos riscos que ela está correndo pela concentração de toxidade, bacteriológica, de coliformes, etc.?” Acrescentou: “é a questão cerne de estarmos focando a questão da quantidade versus qualidade, temos que começar a analisar quantidade e qualidade como parâmetros efetivos de gestão”. A conselheira MARIA DO CARMO (CAESB) esclareceu que a CAESB tem um grupo de controle de perdas que detectou o aumento de perdas nos últimos anos. Os 30% contabiliza as perdas por vazamentos e as ligações clandestinas. Esclareceu que para o controle de perdas já foi aprovado pelo BID um projeto de setorização, que visa resetorizar toda a rede, bem como, outro de telemetria, que visa o controle em tempo real, da pressão na rede. A conselheira REGINA (FÓRUM de ONGs) concluiu: “em que pese toda eficiência da CAESB, essa área é ineficiente e o contribuinte assume o ônus contábil financeiro por conta de uma ineficiência de gestão e isto reflete num cenário de abastecimento, então, a escassez tem uma mutualidade intensa da companhia que faz a gestão do abastecimento. Se a CAESB impõe e não mostra sua contrapartida de efetiva forma de redução desse serviço, isso é uma contradição brutal por parte da CAESB”. Na qualidade de representante da sociedade civil solicito que seja apresentado um cenário da situação hídrica no DF”. A Conselheira RAQUEL BROSTEL (CAESB) disse ser importante o funcionamento da CTSB e que ela faça esse papel de colher essas informações de indicadores, sistema de abastecimento, índice de perda e apresentar esse painel de acompanhamento e monitoramento. A senhora Camila (ADASA) esclareceu que, com relação à redução de 50% da outorga e isso acarretar prejuízo na qualidade da água, isto não refletirá a verdade, visto que, a quantidade de água retirada não faz diferença em termos de saúde, agora no reservatório sim, quanto mais baixo vai ficando, vai perdendo qualidade. A ETA é programada para receber certa quantidade de água por isso não está trazendo prejuízo nem para o abastecimento humano nem para os rios. O Conselheiro JORGE ENOCH (EMBRAPA) lembrou que a questão de outorga no DF tem que ser repensada em virtude dessa nova situação. É preciso esclarecer a sociedade dessa mudança no cenário. Esse cenário serve de base para a tomada de decisões no ano seguinte e ações de

racionamento de forma antecipada para não chegarmos a situação crítica e de emergência. O Conselheiro SÉRGIO RIBEIRO (SEMA) informou da Aliança pelo Descoberto Coberto, lançada semana passada, que são cerca de dez projetos que envolvem governo, sociedade civil, tanto do DF quanto do Goiás e sugeriu que os mesmos fossem apresentados nesses conselhos. A conselheira ANA PAULA (FIBRA) solicitou à ADASA que lhe fossem enviadas as resoluções que tratam do assunto em comento. Questionou de que forma o conselho poderia apoiar nessas prioridades de investimento no Bananal, haja vista que vários investimentos previstos não ocorrerem. A seguir passou para o **Item 1c da pauta**. O presidente esclareceu que se trata de uma decisão tomada no CRH, em reunião anterior, para a criação de um GT para acompanhar o enfrentamento da crise. O conselheiro MONTENEGRO (ABES) sugeriu um acompanhamento mais sistemático dessa temática, o que implica intensificação das reuniões do CRH. O conselheiro JORGE ENOCH (EMBRAPA) sugeriu uma apresentação das resoluções lançadas pela ADASA bem como o plano articulado pela CAESB para esse período de racionamento. O presidente ANDRÉ observou que o art. 6º da Resolução nº 16 diz que a prestadora deve apresentar à ADASA, no prazo máximo de sessenta dias, após o término do estado de restrição, relatório de informações mostrando o rol de medidas tomadas e os resultados alcançados. O presidente ANDRÉ lembrou que existe um nível de compartilhamento de informações em tempo real da situação dos recursos hídricos que permite fazer projeções etc., existe também um nível intermediário entre dirigentes e técnicos que acompanham o processo hídrico no dia a dia, contudo, não está clara a assimilação dessas informações no sistema. O que esses dados implicam em mudança de ação de todo o sistema. Como conciliar estas ações no sistema de gerenciamento de recursos hídricos do DF? Após as considerações questionou qual o papel do CRH neste processo. O presidente sugeriu mais duas reuniões para novembro e dezembro. Será discutida a necessidade de se ter racionamento preventivo antevendo situação crítica no ano que vem. Informou do pedido da ADASA de fazer uma reunião extraordinária no dia 23 de novembro em função de revisão da Resolução 350 que trata de outorga e da Recarga de Aquífero. O Conselheiro RAFAEL (ADASA) esclareceu que estas resoluções que estão sendo elaboradas são decorrentes do exposto na Resolução nº 13. A seguir a Sra. Camila (ADASA) apresentou relatório do cenário de chuvas, observadas as médias históricas e o volume útil, em percentual, a mínima observada em outubro, novembro e dezembro com perspectiva de chuva média de 8% em dezembro. A expectativa é que, de dezembro para janeiro haja uma elevação no nível de chuvas. O presidente ANDRÉ salientou que esse tipo de cenário deveria ser trabalhado de forma transparente e não somente uma planilha de trabalho interno, pois é a base de tomada de decisões, de campanha que pode implicar em ações legislativas. A seguir expôs o seguinte encaminhamento: rever a sugestão de criação do GT para acompanhamento da crise e fazer mais uma extraordinária do CRH. O que foi aprovado pelo Plenário. Prosseguiu com o **item 3**. Informou que no dia 08/12 será inaugurado o Centro Internacional de Referência em Água e Transdisciplinariedade - CIRAT no Jardim Botânico, espaço para pesquisa e desenvolvimento de projetos e na ocasião será apresentado o Mapa Hidrográfico do DF. Também será feita uma primeira apresentação da proposta da Conferência de Meio Ambiente/2017, cujo tema será água. Neste momento serão acolhidas as sugestões e aprimoramentos. O presidente ANDRÉ ressaltou que um das contribuições do sistema de meio ambiente é fazer um processo de mobilização ao longo de 2017. Avisou que recebeu demanda da SINESP para apresentar ao CRH o Plano Distrital de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. O conselheiro RAFAEL (ADASA) informou que enviou e-mail solicitando pauta no conselho para apresentar o trabalho elaborado pela ADASA e UnB sobre recarga de aquíferos e infiltração de água, e também, ajustes na Resolução de outorga. Esta reunião extraordinária foi agendada para o dia 23/11. A conselheira ANA PAULA (FIBRA) convidou os conselheiros para a Olimpíada do Conhecimento que será realizado no estacionamento do Ginásio Nilson Nelson. O

Conselheiro JORGE ENOCH (EMBRAPA) avisou que a comissão temática do Fórum Mundial da Água está com espaço aberto para candidatos que desejem colaborar com a coordenação de temas e tópicos dentro do Fórum e com a organização técnica. O prazo iniciou dia 03 e vai até dia 17. O conselheiro ficou de encaminhar para a Secretaria Executiva o documento em questão. Não havendo mais considerações, o presidente ANDRÉ agradeceu a todos pelas contribuições e encerrou a reunião. A Ata será lida, aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes e, posteriormente, publicada seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal.